

DEBATE INTERNO

FASE – 16 dezembro 2003

(Repres. equipes ES, MT e PA + Nacional)

PAINEL I

Participação da FASE no FSC: continuar ou não participando nesse cenário- pros e contras

Certificação:

- **Gurupá/PA:** distante do público (bases) – significado, seriedade e eficiência?
- “selo” tem problemas de *custos* – populações tradicionais lidam com outras lógicas de reprodução (preço do produto + tempo devido `a burocracia do Estado);
- muitos produtos ilegais concorrentes: *madeira*
- **alternativa:** perspectiva de *agregação de valor* - proposta de oficina-escola p/ fazer caixinhas de madeira com selo – projeto FASE com apoio Sambazon (EUA), que paga *certificação de cooperativas para produtos madeireiros e não-madeireiros* (açai, por ex.);
- mercado de *consultorias* (ong’s híbridas estão no ‘ambiental *business*’, como Imaflora)
- processo certificação na Amazônia é mais complexo: pensar na diferenciação da ação das *empresas* ou *manejo comunitário* - não se reduz a FSC nem IFOAM – distinto do debate que vem da agroecologia (não é a mesma coisa que certificação de produto orgânico separado); na Amazônia, possibilidade de certificação de empresas = “latifundização” via monoculturas
- experiência de *contradições*: parceria FASE-Cikel para a venda do mogno apreendido (instrumento chamado pelo MMA “ação com cargo”) (representante de Gurupá refere-se aos incidentes da balsa de madeira da Cikel apreendida no porto da FASE por problema de ‘documentação da madeira’ + episódio do ‘pacote’ deixado no portao da FASE).
- **Cáceres/MT:** não tem acompanhado muito o debate: não há demanda concreta – mas quanto à certificação foram chamados a discutir em 2002 na Câmara Setorial de Agricultura Orgânica do estado de MT
- palavra “certificação” = estratégia de mercado, introduzir produtos e servir setores muito organizados - comunidades não terão acesso
- discussão sobre certificação não “organiza” as comunidades
- produtores de soja MT (às vezes sem produto nem para consumo) chamaram o IIEB: como enfrentar essa situação com modelos de produção viáveis ?
- IBAMA é visto como ‘empecilho’ no gov. MT (maior produtor de soja do mundo: modelo é braquiária + soja) - em MT seria “Rede Alerta contra a plantação de pastagens”;
- ref. a um processo de certificação de área de teca (Novib queria que FASE apoiasse).

FSC:

Contexto em 1993:

- *Câmara Social* como possibilidade de *participação*
- pensava-se que FSC devia criar FUNDO para manejo (sem lucros)

- “selo” (ex. ECOVIDA – auto-certificação): achava-se que poderia funcionar para mercado local mas não para mercado nacional

Hoje:

- debate pouco divulgado (só formulário-consulta e voto por procuração são insuficientes, confusos) – dificuldades de participação, necessidade de informações;
- pouca participação dos movimentos sociais nos debates;
 - discussão com outros atores (dia 15/12/03) apontou desequilíbrios sob vários ângulos:
 - servindo grandes interesses econômicos - compartimentação: **ong's** estão na Câmara Social que é *frágil* X **empresários** na Câmara Econômica
 - ausência de articulação interna à Câmara Social (nível nacional) – ~~“vale uma conversa com seus representantes”~~ ^{HKS}
 - *instrumento de mercado*: quantos investimentos de agências estariam por trás da viabilização da *certificação comunitária*? – privilégio para *mercado externo* enquanto para as populações locais o importante é o mercado local, regional (lógica do mundo local);
 - “lavagem verde” para o crescimento da monocultura (e não barreira);
 - refém’ dos empresários (difícil FASE fazer parte);
 - FASE vista como ‘legitimadora’ do FSC (por estar dentro): defender política e princípios do FSC é suicídio - **sair e questionar, discutir com ISA, VC, GT Cerrado, etc. - vale mais apostar no Fórum Bras. de Ong's;**
 - intenção era qualificar nos critérios sociais – hoje FASE está legitimando produto do latifúndio e monocultura ao invés de *influenciar* (perverso);
 - contradição: papel histórico da FASE no ‘empoderamento’ das comunidades X estar no FSC legitimando propostas que prejudicam comunidades (ex. Cikel e conflitos fundiários, tentativa de se certificar em Portel);
 - “choque” no FSC: saída da FASE vai provocar debate interno no FSC;
 - poucas entidades não querem que FSC funcione bem – atualmente muitas entidades atuam fora (ex. estudos WRM);
 - grande confusão conceitual (nos campos social e ambiental): encobre qualquer tipo de proposta;
- *Princípio 10*: necessidade de revisão – apoio à moratória (*não* às monoculturas) – (FSC pretende mudar a longo prazo – *orientações* por enquanto)
- instrumento a mais na argumentação desse setor (florestal/madeireiro) para bloquear /frear o processo de destruição e exploração MAS passou a ser instrumento *facilitador da expansão da monocultura e do latifúndio*, agora *associado ao mercado de carbono*;
- **WRM** está dividido: parte membros do FSC *defendem* e outra parte é *crítica* MAS juntos lutam pela preservação das florestas, pelas populações locais;
- necessário um *estudo* como estratégia para ação conjunta (hoje todos têm clareza sobre as plantações: “plantação não é floresta, tem que sair do FSC”)

Campos de disputa política

- **FSC**: constituição de campo de disputa mais complexa: necessário **QUALIFICAR** ruptura -OU SAÍDA argumentada, para ser coerente com papel histórico da FASE. ~~Para sair~~ necessário discutir economia das externalidades e internalidades, i.e. entrar no debate sobre *mercado internacional* (comércio de *commodities*: tema do FSC é comércio internacional de madeiras e madeira é objeto de tráfico) e também discutir condutas das empresas, posição face ao governo e com toda a base: responsabilidade política e ética;
- DESFAZER ambivalência discursiva e necessário *qualificar saída*: argumentada ou movimento internacional de ruptura? (*agentes do “mercado esverdeado”* ou *qual o alcance da decisão de sair: documento em inglês, articular com quais outros atores, propor plataforma alternativa, construir outro espaço?*) – como tratar a audiência pública, a moratória dos processos de certificação de plantações e revisão do Princípio 10? Como fazer isso no MMA?
- preocupação em relação à radicalização no enfrentamento com o *agrobusiness*
- *estratégia de resistência, defensiva, crítica. ALTERNATIVAS baseadas na transição produtiva dos sujeitos no território (exemplos ES, MT e PA)*
- Atenção para não ‘agigantar’ a FASE: necessidade de uma *mediação* através de debate mais específico com atores que estão *dentro* do FSC
- do ponto de vista internacional: FASE não está no FSC Intl.– MAS em articulação com o WRM
- **Paradoxo**: FASE “não teria cacife” para falar internacionalmente MAS e carta ao BIRD? (“mercado verde” brasileiro é estratégico para o capital internacional de *commodities* na área florestal e da ind. de papel e celulose)– resposta seria ao BIRD (que interpela a FASE) e não ao FSC
- Princípios FSC: alguns *nossos* (1, 4, 6 etc.) e outros do capital– necessário discutir, senão como segurar o ProAmbiente e Gurupá?– como mudar a estratégia de modo a fortalecer um campo de alternativas utilizando os Princípios FSC, cobrando coerência deles, operando aqui (na prática).

Outros atores – participação em GTs do Fórum

- programa ES participou ult. encontros do **GT Floresta** (contradição terminológica: a questão das plantações vai acabar com o GT Floresta?)– divisão de trabalho:
 - FSC + mercado de carbono: **GT Floresta**
 - mercado de carbono, MDL: **GT Clima, GT Energia**
 - FSC e IFOAM: **Observatório do Clima (GTA)**
- **ISA e WWF**: atuam mais na Secretaria do GT Floresta; entrar no GT Clima é mais complexo, exige conhecimento específico acumulado e um *diálogo prévio* (o que é, como funciona, qual é a relação com Rede CAN, o que é a Rede CAN, etc.).
- **ISA** discute PNF: talvez haja vaga no **Conselho Nacional de Florestas** (lugar onde se debate a questão das plantações), para a **Rede Alerta contra o Deserto Verde**– MAS **Fórum Bras. Ong’s** seria lugar mais estratégico do que CNF, embora seja um espaço interessante (por onde passam decisões e deliberações sobre a questão das plantações)– debate vai ser travado mais adiante.

- **FASE no GT Agricultura** (com Action Aid) na **REBRIP** (Rede Brasileira pela Integração dos Produtores);

- participa mal (“não tivemos fôlego”)
- contribuição mais ligada à ‘questão ambiental’ (agricultura como subitem no grupo sobre Comércio e Meio Ambiente) – “é preciso trabalhar melhor essa contribuição”.
- estudos sobre os recursos naturais embutidos na pauta das exportações brasileiras (alumínio, frango – pelo IDEC-SP, e sobre camarão);
- em 2004: estudo sobre *produtos agrícolas* (liberalizar ou proteger?) – lição de autonomia (em relação aos EUA) MAS se for para defender *agrobusiness*, essa posição tem *limites*: ter autonomia, política própria mas para defender os *nossos* interesses! (crítica dos Verdes/RDA: o que defendemos, liberalização do comércio para diminuir a pobreza ? como OXFAM e “fair trade” – ‘comércio com justiça; Via Campesina já escolheu: “proteção para agricultura familiar” no BR, RDA, FR, em qualquer lugar).

PAINEL II

MDL/ Crédito de carbono

- não há clareza de como vai funcionar: minoria está no debate (“especialistas”);
- resposta carta BIRD: questão muito debatida (“especialistas”)
- projetos MDL não propõem a evitação do carbono;
- fixar carbono através de grandes projetos que vão ter custo menor (pequenos projetos= custo maior);
- investidores estão prevendo “seguro” (se a floresta queimar, quem vai perder é a comunidade de novo, que plantou p/ “diversificar”); consultorias têm custo elevado (estudos de viabilidade, cálculos de carbono);
- permite o direito de poluir (BIRD apoia quem continua poluindo– e PK?)
- processo de debate recente na Rede Alerta contra o Deserto Verde- a partir da avaliação/estudo Plantar e V&M Florestas: nos processos de certificação (consulta), nos princípios de 1 a 10 não há nada de crédito de carbono – c/ divulgação do Relatório, contato de 3 entidades internacionais:

1. CDM (Clean Development Mechanism Watch)

2. Sinkswatch: monitora projetos de sumidouro (*sink*) de carbono

(ambos fazem *lobby* na Europa contra investidores – compreender melhor MDL em reunião preparatória para a de Milão)

3. Carbon Trade Watch (UK): visão mais radical- contra qualquer projeto MDL (v. publicação WRM)

1,2 e 3 colocaram questão para a Rede: Proj Plantar é o primeiro no mundo de venda de crédito de carbono (23.000 hectares de eucalipto) = gerar muitos créditos a preço baixo – existe apoio da sociedade civil brasileira ao Proj. Plantar ?

BIRD: Prototype Carbon Fund (\$ Plantar) apoiado pela ANDA (assoc. ambientalista de MG, informante principal da certificadora)– “monocultura sustentável”, dá empregos, ‘empresa’ certificada.

Rede Alerta contra o Deserto Verde:

- carta colocando o estudo: pouco debate, poucas pessoas entendem;
- cf. site V&M Florestal: projeto tem que ser avaliado por **Comissão do Protocolo de Kyoto**: relatório, *cálculos do gás carbônico incompreensíveis* - monocultura de eucalipto só considera *corte* (o que é liberado com a queima - o carvão - não entra no cálculo de gás carbônico) - empresas continuam comprando carvão nativo: não é projeto MDL
- *desafio*: debater a questão com as comunidades - Rede começou a se *articular* com esse estudo - vários encontros com comunidades locais para "traduzir" o debate - agora há CONSENSO contra o Projeto Plantar (\$ BIRD para venda de crédito de carbono - substituição fonte energética para siderurgia) e V&M (total substituição energética)
- representantes do *STR Rio Pardo / Curvelo* foram a Milão (muitas críticas P.Plantar)

Em MG: algumas propostas alternativas concretas: CAA + Universidade de Montes Claros: reconversão de monocultura em cerrado; oferta \$ BIRD ao CAA para reconversão de florestas homogêneas em cerrado - "bons projetos" MAS **importante aprofundar debate.**

Outras ONGs e GTs

- No Brasil, *lobby* sobre questão energética - debate restrito ao MCT, bloqueio à participação de ong's: só "especialistas" (cf. discussão internacional - VC e GT Clima) MAS internamente não havia investimento das ong's nesse meio: entrada de outras entidades (ex. **Observatório do Clima**: posição distinta VC quanto a 'reflorestamento' - não está no Fórum, onde há legitimidade para articulação; queria que FASE entrasse; IPAM-GTA-COIAB-CNS (reunião em Belém) não havia questionamento (CNS, COIAB) sobre modelo de produção e consumo - entrada por "fisiologismo" e não tática)
- sobre FUNDO: egos em jogo (VC trabalha nisso MAS ficou um pouco de lado) - **embate MAS daria para juntar e ter mais força**
- movimentos (GTA, CPT/AM) entraram sem muito debate - quando FASE assinou documento não havia debate sobre *premissas* dessa questão
- **IPAM e ISA** afirmam ter consciência das *contradições* no processo, mas não dá para ficar fora (ex. asfaltamento da BR-163);
- **Vitae Civilis**: dentro do processo e por isso tem *crítica mais profunda*: proposta '*descarbonização da sociedade*' (i.e. PK não basta)
 - representa avanço nesse grupo de entidades na abordagem do MDL - MAS oscila entre apoio ou não à monocultura para fins energéticos diante da falta de alternativas (X carvão mineral);
- **Sinkswatch**: proposta de oficina em MG para debater (na Índia: problema é barragem, energia renovável com proj. crédito de carbono);
- **MMA + Min.Integração** (Ciro Gomes) *querem os movimentos sociais no debate* (não só espaço para o rei da soja) - posição mais ou menos hegemônica hoje
- na Amazônia: instrumento que possa servir às populações chamadas ao debate; ver tb questão energética (projetos MDL e crédito de carbono) - cana-de-açúcar, barragens (ex. Peugeot em MT) troca/sumidouro de carbono: *que setores vão sair beneficiados?*
- **necessidade de ampliar / aprofundar debate p/ maior compreensão** embora FASE já esteja na Rede Deserto Verde se posicionando publicamente junto a outras entidades (nacional e intl. - ex. carta BIRD) *contra* o crédito de carbono para a Plantar (monocultura de árvores) em articulação com Carbon Trade Watch.

Pro-Ambiente

- FASE contribuiu para transição de proposta dos movimentos sociais para programa de governo: necessidade de democratizar, refinar conteúdo na perspectiva de que se torne política pública nacional;

- MDL na proposição do Pro-Ambiente (3 anos e meio de debate em todos os estados da Amazônia):

- proposta de política pública que viabilizasse o conjunto de idéias sobre o desenvolvimento da produção familiar: remuneração do serviço ambiental- novo modelo técnico de extensão rural + novo arranjo de conjunto de atores (crítica ao projeto de crédito FINOR); conversão para agroecologia, ênfase na produção familiar e padrões de certificação e auto-certificação (compromissos, acordos comunitários), auditoria externa e monitoramento ambiental (SIVAM);

- formatação de proposta para o *Fundo Sócio-Ambiental* (28-30 jan 2004, MMA); além de combinar os vários campos de ação necessários para reprodução social, econômica, ambiental, relaciona assistência técnica, crédito com *quota familiar pela prestação de serviço ambiental* (0,5 salário mínimo X família). Duas fontes de recursos: \$ convertido de **PLANAC** e 'desmatamento evitado' (crédito e o seqüestro de carbono vêm de fontes complementares: *eco-taxas previstas* de empresas de exploração de petróleo, empresa madeireira, fundo bio-carbono e o Prototype Carbon Fund / BIRD, o mesmo fundo que vai liberar crédito para a Plantar).

Construção de alternativas, novas identidades no território – recuperação sensibilidade 'faseana' estratégica

- Distinções entre as *dinâmicas do capitalismo* (exs. ES, MT e PA): de hegemonia e de enclave – o que significa relações de força, projetos, concepções *diferenciadas* – compreensão e práticas requerem *sensibilidade faseana estratégica*:

PA: populações de alta tradicionalidade;

MT: trabalhadores da transição da fronteira agrícola: mudou base social da estrutura agrária, é outro embate (governador retém capital p/ consumo das elites);

ES: conflitos novos, atualizados (terreno da "derrota" apesar da resposta Rede Deserto Verde) processo de compra de terras de novo, entrando no território e fazendo a 2ª estratégia colonizadora: eliminando arrendatários, parceiros, plantadores que ainda sobravam – estratégia que empurram para o norte-RJ, que consegue se *desvincular de toda regulação* e controle estadual; sem mercados locais ou regionais; médias cidades esvaziaram; estado não retém capital;

MG: resistência – siderurgia, outras forças, alta complexidade: viabilidade material de produção camponesa, pequenas cidades com mercados locais e regionais, médias cidades incharam.

No macro-processo: mapear os conflitos para uma estratégia intensiva em questões sócio-ambientais (luta em defesa do cerrado e outras questões)- avaliação no sentido de manter uma resistência de produção agrocamponesa diversificada e educação sócio-ambiental (ex. Programa MT Sust).

Contraponto:

- com ampliação de redes e fóruns da sócio-economia solidária: cresce o debate sobre como *construir possibilidades de mercado com grupos locais, nas regiões;*

- **ES não é terra arrasada:** efervescência no norte do estado - muita energia, resistência, construção com contradições e visões distintas, vitalidade: MPA e MST conquistando setores do movimento sindical – atuação de APTA (patrimônio construído de alternativas no ES) – campo de ação sócio-educativo-ambiental de projetos naquela região que FASE poderia realizar (parcerias ?)– visão distinta do “carvoeiro cidadão” (não é estratégica para a reconstrução do ES)

- Rede Alerta faz trabalho sócio-político muito interessante MAS crítica experiência **Curvelo/MG:** responsabilidade histórica e política da FASE diante de informação, denúncia e mobilização: é necessário respaldo de base social – problema da **RETALIAÇÃO** que a empresa (Plantar) vai fazer com os trabalhadores e algumas lideranças (análise com repres. STR Curvelo: paga quem está mais fragilizado, o trabalhador terceirizado, não sindicalizado)– setores com uma certa capacidade de resistir, de se articular, em razão de uma autonomia econômica e sócio-política relativa – necessário aprofundar mais a discussão;

- Amazônia: *ação concentrada num território* (com determinados conjuntos de atores, com experimentos) e *ao mesmo tempo estar dentro dessas articulações* que estão mudando de formato (exemplo do ISA em MT e a questão do asfaltamento da BR-163 para atender interesses não só dos sojicultores: plataforma perfeita: 1. não derruba a idéia de asfaltar: adianta-se aos impactos ‘negativos’ + 2. conjunto de propostas diferenciadas e articuladas (povos indígenas, unidades de conservação para outros setores do campesinato, etc.)– grande extensão geográfica – vários debates: (1.o em MT, 2.o em Santarém).

MAS

- Geografia política é diferente *de território* (paradigma da FASE): o cerrado é a retaguarda da soja (o trabalho do ISA foi na fronteira, os atores estão diante do “conflito a frio”, todos concentrados em torno da estrada, resistência e barganha)– retaguarda’ é o que a soja está fazendo lá atrás (não só no cerrado: expansão da soja presente no PPA da Amazônia- único novo projeto no Vale do Guaporé);

- debate é necessário nas duas pontas: abrir espaços com quem começa e com quem articula
- quem trabalha com pequeno agricultor e com agricultura ecológica não está fazendo esse debate: FASE entrando primeiro.

Diretriz de reorganização da matriz de sustentabilidade:

- FASE não tem equipe em MG: problema político– necessidade de repensar/ reorganizar (ex. da Aracruz no plantio de eucalipto para papel: reconversão produtiva é processo mais complicado)

- novo modelo de desenvolvimento não vai sair de ‘zoneamentos’, mas do debate em torno de questões (reforma agrária, mata nativa, populações tradicionais, produção de alimentos) – como pensar novos modelos sem ‘esvaziar’ as fontes de financiamento e de sobreconsumo desse modelo?

- necessidade de observar inter-relações e complexidades: **novo modelo** não será feito pela soma das partes – visão mais apurada do que é possível construir a partir da *resistência como alternativa* (muitas derrotas mas *muitas vitórias*: conteúdos de propostas de política pública que só vingaram porque tem movimento organizado que sustentou -exs.:

ProAmbiente e quebradeiras de côco/MA: questionamento da idéia da propriedade; “imóvel rural” X “estabelecimento rural”)– “internalização” de território como parte constitutiva da criação de novas identidades, **acumulação de propostas inovadoras**

- grande desafio no debate em relação às monoculturas como tb na questão alimentar – movimento agroecologia voltado para agricultura familiar, cooperativas, etc.
- discussão sobre mudança de conjuntura “amazônica”: MT na “Amazônia desamazonizada” OU estaria havendo “centroestização” da Amazônia onde a soja penetrou (sul de MT)?
- ES: aprofundar a discussão em cenário que deve se confundir diante de inimigo muito forte – debate estratégico no longo prazo; a curto prazo capital ficou pouco inclusivo e volta a se expandir (mais uma vez expulsando da terra);
- MG: discussão sob o ponto de vista de *território produtivo* e resistência – debate em relação aos programas da FASE que são programas de alternativas socio-produtivas para o território (é o ponto comum entre Amazônia e MG: atores produtivos *quenão* foram derrotados – tradicionalidade, “semi-modernidades” – em MG mais ‘hibridizados’ ainda);
- crítica ao ProAmbiente: “quais são as oportunidades que o governo Lula produz senão oportunistas para operarmos ‘hibridizados’ por sistemas internacionalizados?”– caso dos *fundos de financiamento*: ele constitui o fundo nacional que é um fundo internacional, concomitantemente capitalista; assim os sistemas de investimento público e o sistema financeiro estão interligados (oportunidade estratégica)– impressão de um “pacote” – principalmente em relação à Amazônia.

Encaminhamentos

FSC: saída argumentada da FASE

- estratégia para FSC “funcionar” melhor: apresentar para ong’s e representantes FSC Internacional o problema das plantações e a realidade local no BR (proposta saiu da reunião de Amsterdam);
- é necessário informar, divulgar *luta de resistência* (ex. MG e proposta agroecológica no cerrado X concessão de terras públicas; no norte: cresce a idéia da *auto-certificação* combinada com *regulação pública*);
- na discussão das problemáticas FSC & certificação: 2- 3 meses para repensar e promover rupturas qualificadas - repensar das bases para cima a incoerência estratégica do FSC com base nos seus Princípios, algo que seja possível dialogar com sensibilidade política;
- debate específico com os que estão dentro (Assembléia do FSC):
 - crítica contumaz ao *Princípio 10* da maneira como está formulado, porque permite a certificação de tudo ou quase tudo;
 - *apoio à MORATÓRIA*: suspensão até que seja profundamente revisto o Princípio 10.

MDL e crédito de carbono

- ampliar / aprofundar debate também interno ~~na~~ FASE – compreensão maior embora FASE já esteja na Rede Deserto Verde se posicionando publicamente junto a outras entidades (nacional e intl. – ex. carta BIRD) *contra* o crédito de carbono para a Plantar (monocultura

- de árvores) em articulação com Carbon Trade Watch; continuar o questionamento (o que tem por trás de MDL e mercado de carbono?);
- não queremos reduzir tudo à centralidade do mercado, outros valores têm que ser realçados – qual a diferença da proposta do IPAM (*redução compensada*)?
- se vai ter crédito de carbono, sumidouro, etc. lutar para *que não haja monopólio* de alguns setores nessa discussão;
- FASE tem que qualificar a questão: apoio a projetos MDL que não sejam monoculturas mas de preservação sócio-ambiental, agricultura familiar, extrativismo, cooperativas: CARBONO SOCIAL integrado com cadeias produtivas;
- questão de princípio: existe teoricamente um compromisso dos países desenvolvidos de redução de emissão – MDL como compensação: financiamento de plantações de florestas – rejeitar MDL com esse argumento;
- não desarticular monocultura e latifúndio da questão energética.

Participação GTs Fórum, Observatório de Clima

- Participar dos dois espaços ao mesmo tempo: junto aos movimentos e nos GTs do Fórum (possibilitando discussão do ProAmbiente de outro lugar);
 - FASE no ProAmbiente: levar discussão MDL e mercado de carbono às bases com elaboração de materiais didático-pedagógicos (manuais e cartilhas) para grupos locais e movimentos sociais – **disseminar a discussão** relativa ao pagamento de serviços ambientais com crédito de carbono (que se coloca de modo distinto para a Amazônia);
 - necessidade de dialogar mais em permanência com outras entidades e com grupos – importante estar mais presente nos GTs do Fórum, GTA, etc. (ex.: o papel da FASE na Rede Alerta contra o Deserto Verde na ampliação do debate político e instrumento de mobilização);
 - necessário socializar mais a participação do Programa ES no GT Floresta;
 - Programa Amazônia – não dá para ficar fora dos GTs – discussão tem que se fundir (proposta do Observatório do Clima, senão risco: quem vai ser o interlocutor para a discussão da agricultura familiar na Amazônia, do extrativismo?);
 - **Observatório de Clima** (mais concentrado em Amazônia e IFOAM): retomar a discussão dentro do Programa Amazônia;
 - GT Clima: inserção necessária;
 - GT Floresta: FASE-ES continua participação;
- Atenção tb ao GT Energia, GT Cerrado (mesmo debate sobre a soja tem que ser feito sobre o eucalipto);
- Participação nos GTs requer *dedicação e estudo*.

Programas da FASE: desafios de modelagem

- necessário *construir cultura comum e de troca de experiências* – desenvolver parte da ferramentaria do diálogo no decorrer da construção de propostas (ritmo acelerado de posicionamento público está no coração do movimento social);
- preocupação com o *modo de olhar* a possibilidade da construção sócio-ambiental (num ator político ativo quanto o Programa ES, por ex.) que não ‘casa’ com o “otimismo relativo” do campo sócio-produtivo da FASE: *confiança* em desenvolver ferramentas agroecológicas, desenvolver projetos de manejo sustentável, criar redes sócioprodutivas, em poder disputar PRO-AMBIENTE e ao mesmo tempo *desconfiança* em relação ao espaço da hegemonia absoluta predatória do capital agro-industrial da celulose;

(C₁) (C₂)

- necessário tanto mirar o mapa da atuação territorial da FASE como garantir uma convergência dessas culturas (ES + experimento amazônico) – evitar que o ritmo diferencial dessas realidades possa criar distâncias internas (FASE de radicalidade ambiental X FASE de radicalidade experimental produtiva) SEM fazer a ligação: encontrar campo de convergência subjetiva maior para colocar o ponto de vista dos atores.

Estudos / Seminários 2004

- seminário conjunto BR + RDA (recursos FHB) sobre liberalização do mercado X proteção agricultura familiar – estudos preparatórios sobre produtos agrícolas (pesquisadores CPDA/UFRRJ sob coordenação FASE)

- **sugestão p/ FASE organizar encontro** ampliado - abrangendo soja /MT, cana/PE e eucalipto/ES (MG,BA e norte RJ) – em que se pudesse debater as monoculturas e o *agrobusiness*, temas sobre os quais se acumula muitos conhecimentos – FASE tem condições de demarcar campo muito interessante e ocupar espaço estratégico – BRSust poderia organizar: abordagem por região, por estado ou pela questão do “zoneamento” reunindo Amazônia, cerrado e mata atlântica (atua em 3 biomas, com público diferenciado e muito rico: amazônicas, pantaneiros, geraizeiros, capixabas, etc. pensando os conflitos nesses territórios)

- idéia boa discutir a partir das 3 experiências concretas da FASE: a soja e o pessoal de MT (que trabalha junto c/ FORMAD, **MT Sustentável e Democrático**), a cana talvez não diretamente (é a única cadeia produtiva cuja verticalização o BR domina de ponta a ponta: toda a cultura tecnológica - do complexo e as marcas, tudo internalizado – o que faz da cana um *desastre histórico* e um *bloco de interesses que se renova* sempre que o negócio muda) - discussão sobre fontes energéticas e cana poderia ser no nordeste (local mais emblemático);

- combinação com a eventual contribuição à Secretaria das Políticas Sustentáveis (Gilay Viana): querem encomendar à FASE estudos sobre sustentabilidade das cadeias produtivas (pode ser interessante realizar esses estudos junto com a **REBRIP**, dada a grande participação dos movimentos -MST, CONTAG- embora temas como “recursos naturais” e “sustentabilidade” sejam a sua *fraqueza*);

- importante combinar *estudos* e *seminários* para aprofundar e ampliar debates.

AGENDA 2004

Janeiro: relatório seminário

Fevereiro: minuta carta

Março/abril: circulação da carta para comentários

Abril: material didático MDL e crédito de carbono (Winnie)